



# A DEFESA

Orgão Informativo da Diocese de Propriá  
Registrado no Livro 7, folhas 121, nº 255, a 08/10/1941  
Cartório do 10º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, em Aracaju-SE.  
Diretor Responsável: D. José Brandão de Castro - Redação: Av. Pedro Abreu de Lima, 482 - Propriá-SE.  
Tiragem: 1000 exemplares - Distribuição gratuita entre os colaboradores.

3ª FASE Nº 723 ABRIL DE 1986 PROPRIÁ - SERGIPE

## ASSEMBLÉIA DOS BISPOS

### CONTEXTO DA 24ª ASSEMBLÉIA DA CNBB:

"É dos mais significantes", disse / Dom Ivo Lorscheiter, abrindo, como presidente, a reunião de convívio, oração, fraternidade e trabalho dos Bispos do Brasil, em Itaici, S. Paulo, de 9 a 18 de abril de 1986. "O Brasil vive momentos sérios e desafiadores, que representam uma clara convocação para todos nós.

### REFORMA AGRÁRIA:

E demarcação de Terras Indígenas tenham imediata execução no País, apelaram os 250 Bispos do Brasil, reunidos em Itaici, com telegrama ao Presidente da República, 9 de abril de 1986: "Excelentíssimo Senhor Presidente José Sarney. Duzentos e cinquenta Bispos Católicos do Brasil, reunidos em sua 24ª Assembléia Ge-

ral, em Itaici, São Paulo, permaneceremos atentos aos graves problemas da Violência no Campo, cuja solução será a Reforma Agrária, com a qual Vossa Excelência e seu Governo repetidamente se têm comprometido. Conhecedores da situação que, dia a dia, se agrava no meio rural e das ameaças e crimes contra a vida de agricultores e de seus líderes e / das pressões exercidas contra a Política Agrária, publicamente assumida por seu Governo, em nome do povo sofrido de nossas Dioceses, apelamos insistentemente a Vossa Excelência para que não sejam adiadas a aprovação e a pronta execução dos Planos Regionais de Reforma Agrária.

### LIBERDADE CRISTÃ E LIBERTAÇÃO:

É o título da Instrução lançada pela Congregação para a Doutrina da /

Fê, em Roma, 5 de abril de 1986, com aprovação do Santo Padre, depois de ampla consulta ao Episcopado Mundial e mais de um ano de trabalho de especialistas no mundo inteiro. Os Bispos do Brasil receberam esse documento em Itaici, na 24ª Assembléia da CNBB, em língua portuguesa, através da Nunciatura Apostólica no Brasil.

### TEMA PRINCIPAL

"Exigências Cristãs de uma Nova Ordem Constitucional", caracterizou a reunião dos bispos, em Itaici. O texto em debate pelos bispos, incentivava os cristãos a caminharem / com todas as pessoas de boa vontade, articulando-se com todos que lutam pelos direitos humanos, justiça no campo e na cidade, defendendo os / que sofrem qualquer tipo de marginalização.

## VEM AÍ A CONSTITUINTE

Já se começou a falar em uma nova Constituinte, desde que acabou o chamado período revolucionário, que foi na verdade uma ditadura mais ou menos disfarçada. O povo ficou à margem das decisões políticas e, existindo apenas dois partidos por imposição militar, o partido oficial, que era a ARENA ou PDS, só sabia dizer / "amém" às imposições do governo. Águas passadas... já rolaram, portanto.

Veio a Nova República, trazendo / consigo muitas esperanças. A maior / delas é a promessa de uma Nova Constituição para o país.

Está decidido já que teremos uma

Assembléia Constituinte. Uma Assembléia que nos dará uma nova Constituição. Desta vez, como pouquíssimas vezes no passado, teremos uma Constituição legítima para o país.

Temos de nos preparar para as eleições deste ano. Temos de abrir / bem os olhos para vermos quem, de fato, pode merecer nosso voto.

Tem de ser uma pessoa competente. Uma pessoa que entenda do assunto / mais importante a ser discutido e decidido: uma nova Constituição para o Brasil. Não é qualquer candidato que terá as condições requeridas. É preciso, portanto, abrir o olho e fazer tudo para que o voto seja dado à pes-

soa certa.

### NOSSOS CRITÉRIOS

Naturalmente, a escolha que teremos de fazer deverá responder às exigências de nossa fé, do sentido cristão que nos anima, das exigências 7 cristãs de um Brasil mais justo. De um Brasil onde não tenham mais lugar tanta discriminação, tanta injustiça, tanta bandalheira como no passado, / tanta opressão do pobre, do índio, / do negro.

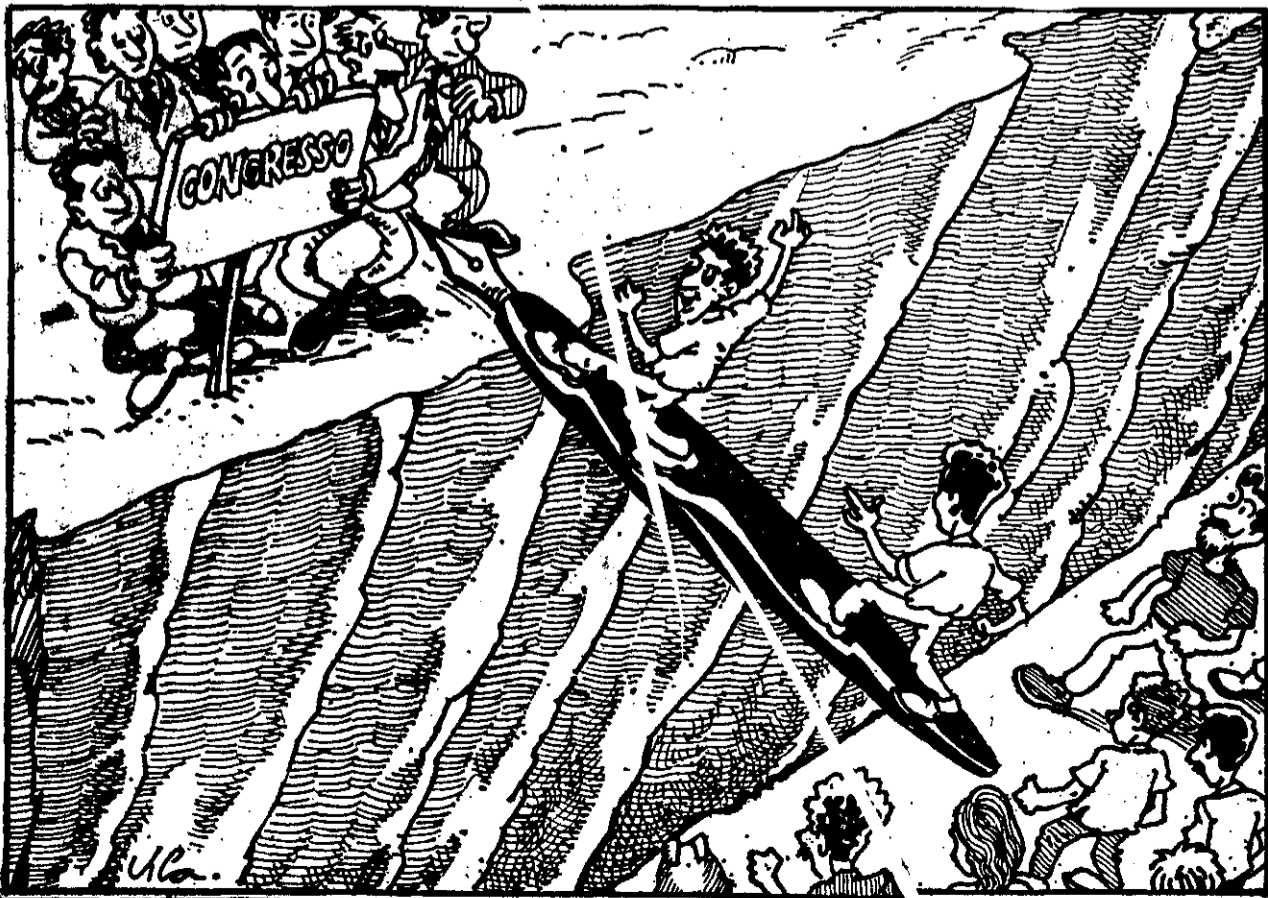
A escolha que teremos de fazer é da mais alta importância. Nosso voto vai como que valer uma procuração pela qual daremos carta branca ao nosso candidato para que ele decida em nosso nome na hora em que se for elaborar a Nova Constituição para o Brasil. É claro que só deveremos escolher quem tiver coragem para defender as exigências de uma ordem constitucional cem por cento justa, conforme as exigências de nossa fé.

Não basta que o candidato fale bonito sobre Justiça, o Bem Comum, a Ordem Social, a democracia, a importância e os direitos do povo.

É preciso que nosso candidato tenha uma prática social e política, / coincidente com a visão cristã da pessoa humana e demonstre estar de fato comprometido com a luta cristã pela justiça. Se é nosso empenho defender o direito dos mais fracos, se

rã forçoso escolher candidatos que já tenham dado provas de que são pessoas capazes de assumir, sem medo e sem meias palavras, a causa dos pobres, dos injustiçados, dos oprimidos.

D. José, Bispo de Propriá



## JUSTIÇA NO CAMPO

No final de 1984, ainda durante o regime militar, foi denunciado que a cada 5 dias era assassinado um trabalhador rural em conflito pela posse da terra, ou à frente da luta sindical.

No entanto, essa violência, que atinge os trabalhadores que participam da luta pela terra e por melhores condições de vida e trabalho, é crescente e não foi atenuada com o fim do regime militar.

Na primeira semana de novembro já haviam sido levantados os nomes de 187 trabalhadores rurais mortos por causa da terra. O que equivale dizer que a cada 2 dias, aproximadamente, foi assassinado um lavrador.

Esses dados, contudo, não expressam a dimensão da violência exercida diariamente por grandes proprietários, grileiros, patrões e seus prepostos / contra os trabalhadores rurais e suas famílias, que conta com frequência / com verdadeiras milícias privadas, de capangas, e não raro com o apoio do aparato policial.

Além de assassinatos, os trabalhadores rurais sofrem espancamentos, encarceramentos, sequestros, estupro, despejos, queimas e invasões de roças, mortes e roubos de animais domésticos, fechamento de caminhos, saques e destruição de casas, trabalho sob mira / de armas e toda sorte de ameaças.

A violência no campo brasileiro é uma violência generalizada. Os conflitos explodem em todo o país envolvendo milhares de pessoas.

Sendo uma violência generalizada é, ao mesmo tempo, uma violência seletiva. Se olharmos com atenção a vida / dos trabalhadores assassinados, veremos que são precisamente aqueles que mais se destacaram nas lutas sindicais ou na luta pela terra. Os grandes proprietários e seus jagunços estão mantendo os dirigentes dos trabalhadores rurais, as suas lideranças, os seus / assessores.

Os números demonstram a agudização dos conflitos. Essa agudização vem acompanhada de fatos do domínio público: os grandes proprietários rurais / se armaram e avisaram à sociedade e ao governo porque estavam se armando.

Não houve da parte das autoridades nenhuma providência séria no sentido de desarmar os latifundiários. O resultado desta paralisia foi o fortalecimento dos sindicatos do crime.

Por fim, os fatos demonstram que / esta é uma violência impune. E a impunidade tem sido a garantia e o estimulador desta violência. Escudados na força política do latifúndio os jagunços, a mando dos fazendeiros, têm feito verdadeiros massacres como no sul do Pará, ou trucidamentos como no caso do Padre Ezequiel Pamin, em Rondônia.

A Nova República deve demonstrar a que veio. No campo, os números demonstram que a violência aumentou assustadoramente desde 15 de março. E se alguns assassinos e mandantes foram identificados, não se tem notícia em todo o país de um único deles que tenha respondido por seus atos. Todos permanecem protegidos pela mais rigorosa impunidade.

Diante disso, diversas entidades representativas dos trabalhadores rurais ou que apóiam suas lutas, reuniram-se para, junto à Campanha Nacional pela Reforma Agrária, organizar uma Campanha Contra a Violência no Campo. Organizada a nível nacional a Campanha fez um ato público em Brasília, no dia 27 de novembro às 19 horas, na sala Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.

Deverá, em cada Estado, às forças solidárias às lutas dos trabalhadores rurais a organização de ações conjuntas que contribuam para a denúncia junto à população das violências que recaem sobre os trabalhadores rurais; para a pressão das autoridades para que cesse a impunidade dos criminosos e sejam promovidas medidas que ponham fim a essa violência; e para demonstração da solidariedade aos trabalhadores atingidos pela violência no campo, seus familiares e companheiros.

Gostaríamos que vocês se juntassem a nós nessa Campanha, cuja primeira iniciativa será o envio em massa de / de telegramas e cartas ao Ministro da Justiça, ao Ministro da Reforma Agrária e ao Presidente da República. 0



envio de mensagens às autoridades, / bem como a divulgação dessa iniciativa junto a outras pessoas e entidades, inclusive as não ligadas diretamente à luta dos trabalhadores rurais, contribuirá para a informação e sensibilização da sociedade a respeito da situação dos trabalhadores rurais no país, e também para a pressão das autoridades, através da demonstração de / que somos muitos os que estamos atentos à atuação do Governo e à sua inquestionável responsabilidade na perpetuação da violência que abate impunemente milhões de trabalhadores brasileiros.

## NOTA DA DIOCESE

Em recente reunião, realizada em Aracaju, com a presença de diversas entidades, entre as quais a Diocese de Propriá, o INCRA comprometeu-se solucionar o problema das 156 famílias da fazenda Barra da Onça, num espaço de 10 dias, durante os quais não seria permitida a retirada de madeira da aludida fazenda. A imediata desapropriação é o único caminho justo para solucionar o caso.

Esgoutou-se o prazo sem que houvesse / o cumprimento do acordo.

Diante das últimas ocorrências, a Diocese de Propriá vem, de público, manifestar sua estranheza pelo comportamento do delegado de Poço Redondo, tenente Eraldo, que, no dia 29 de abril, tentou inutilmente forçar os trabalhadores acampados a permitirem o livre trânsito aos caminhões que retiram madeira daquela fazenda em via de desapropriação, como também, que se retirassem da área. Entendemos que a ação policial não deve colocar-se a serviço dos latifundiários contra os trabalhadores.

Louvamos a ação do INCRA que desaprovou a atitude do Sr. delegado de Poço Redondo convidando-o, isto-sim, a evitar a devastação da mata local.

Propriá, 30 de abril de 1986.

## Professores Ganham Batalha

A grande conquista levada a efeito pelos professores de Sergipe, por demais justa, pois era na sociedade o único grupo que não tendo seu órgão de classe para nortear-lhe o destino, via há poucos anos no mais completo esquecimento. Dessa agremiação que por méritos e deveres deveria ser uma das primeiras a gozar dos privilégios do meio, era a última de todas desprestigiada, relegada a um desprezo / inconsciente e infame.

Depois que o magistério se organizou e convocou os seus membros para lutar com força e coragem é que vieram os benefícios. Os aumentos semestrais vêm cobrindo satisfatoriamente todas as injustiças, dando ao mestre-escola oportunidades para se soerguer e manter o seu padrão de vida a nível compensatório, em paralelo a outros / grupos, como era de se esperar. A paridade ao médico, como já foi anunciada, não está em desacordo com as normas, porque ambos têm grau intelectual semelhante e se formos observar / com a rigorosa prudência, veremos que o professor além do trabalho árduo e constante que desempenha, muito mais difícil, é obrigado a manter o seu co-

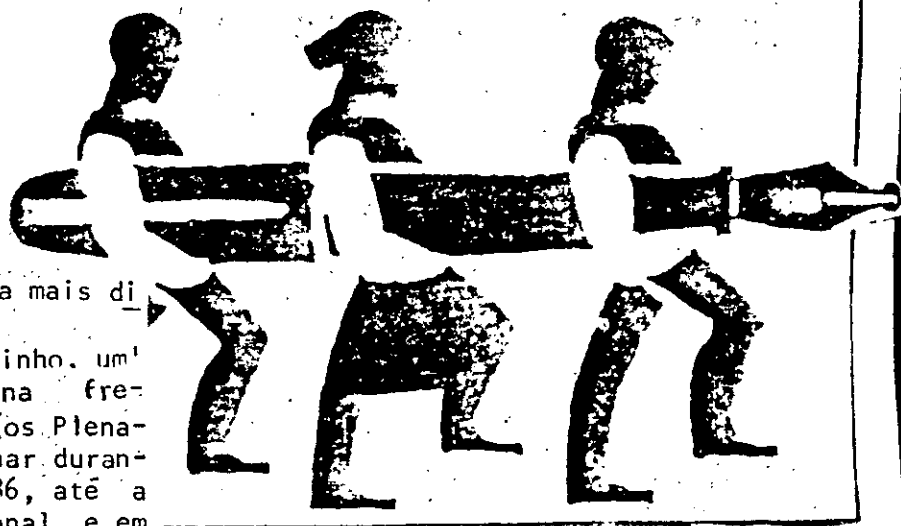
nhecimento atualizado dia a dia a toda prova, a fim de não correr risco / de perder o conceito, o que nem sempre ocorre com médicos do interior. O caso a seguir é apenas ilustrativo: Qualquer médico particular percebe honorários em poucos minutos, capazes de igualar os vencimentos de um professor durante um mês inteiro, lecionando diariamente.

Agora não é só exigência sem recompensa, como ocorria no passado. Cada profissional tem o seu quinhão de deveres e obrigações, em contrapartida com o pagamento. Assim sendo, novos / horizontes surgirão pela frente daqueles que foram, são e serão os construtores da gente brasileira e desbravadores de inteligências.

Um congresso em João Pessoa, abriu novos caminhos diante da Constituinte a ser votada. É sinal de que ninguém mais terá mãos e braços cruzados, à / espera de que surja um milagre ou dos céus caiam os benefícios que a sociedade sempre negou, embora reconhecesse o prestígio inglório de quem tanto tem dado e que pouco tem obtido.

Francisco Antônio da Silva Lima  
(da A.S.I.)

# CONSTITUINTE SEM POVO NÃO CRIA NADA DE NOVO



A emenda constitucional que convocou a Constituinte deu ao Congresso eleito em 1986 o poder de preparar a nova Constituição Brasileira. Foi uma forma de afastar o povo dessa discussão: com essa emenda não elegemos "constituintes", a partir das idéias que eles defendam para a nova Constituição, mas somente deputados e senadores, como sempre.

Ao lado dessa manobra, o Governo criou uma Comissão de "notáveis", encarregada de elaborar um projeto de Constituição. Esta Comissão está preparando seu projeto sem muita consulta ao povo.

O que está acontecendo é portanto uma prova de que se o povo não se organizar para discutir a nova Constituição Brasileira, ela vai ser feita, como sempre, sem nenhuma participação popular. E a reorganização do país - a Lei Principal do Brasil - vai ser feita do jeito que quiserem os de cima, e não como a maioria do povo acha que deve ser. Como fazer para garantir nossa participação na elaboração da nova Constituição?

## PARTICIPAR

1) Reuna outras pessoas como você, em seu bairro ou em seu local de trabalho, e funde um "Plenarinho Constituinte". Um mínimo de 10 e um máximo de 30 pessoas: com pouca gen-

te ou com gente demais fica mais difícil discutir.

2) Marque, com seu Plenarinho, um dia certo de reunião, na frequência que for possível. (os Plenarinhos vão ter que trabalhar durante quase dois anos: em 1986, até a eleição do Congresso Nacional, e em 1987, durante os trabalhos desse Congresso como Assembléia Constituinte).

3) Inscreva seu Plenarinho no Secretariado de Apoio de sua cidade. Nele você encontrará também um "Roteiro para Discussão nos Plenarinhos Constituintes" (Se não existir Secretariado de Apoio em seu Município, veja o folheto "Como organizar a participação").

4) Se achar necessário, inscreva-se em algum dos cursos para animadores de Plenarinhos, organizados pelo Secretariado de Apoio de seu Município.

5) Comece a reunir o Plenarinho nos dias marcados, para discutir a Constituição, seguindo o Roteiro.

## Pró-participação

6) Quando o Plenarinho começar a elaborar propostas, mande essas propostas ao Secretariado de Apoio, para serem publicadas nos boletins existentes.

7) Quando o Secretariado convocar sessões da Comissão Constituinte de seu Município, cada Plenarinho de verá eleger um representante para levar suas propostas às sessões da Comissão. E atenção: os Secretariados de Apoio convocarão também Comissões Constituintes Estaduais e uma Comissão Constituinte Nacional. Os membros das Comissões Constituintes Estaduais serão eleitos pelos membros das Comissões Municipais e os da Comissão Nacional pelos membros das Estaduais.

8) Mantenha a regularidade das reuniões do Plenarinho/ Quando os candidatos a deputados e senadores de 86 se apresentarem, convoque-os para discutir as propostas dos Plenarinhos / Quando o Congresso eleito em 1986 for instalado, os Secretariados de Apoio encaminharão aos Plenarinhos as propostas que forem sendo discutidas por esse Congresso / E mantenha seu Plenarinho mobilizado sempre que for necessário manifestar o que o povo espera de uma Constituição.

# EDUCAÇÃO POPULAR E OS PROBLEMAS DA SOCIEDADE

De passagem por Propriá, assessorando a equipe do MEB, Jorge Muñoz, da equipe do grupo NOVA, nos falou do seu trabalho, das perspectivas / que se criam a partir das relações de dominação e as novas formas de participação do povo nesse processo de transformação da sociedade. Esclareceu também que a Constituinte, da forma como vai acontecer, estão prevalecendo os interesses econômicos e o jogo dos profissionais da política, que colocam a atual estrutura partidária acima dos interesses populares.

- DEFESA - Qual o trabalho específico que o grupo NDVA desenhava?

- JORGE - Somos uma equipe de 6 pessoas, dedicadas ao conhecimento, acompanhamento e análise / de trabalhos de base, tendo como referência o processo de busca de uma sociedade mais justa nas suas relações e estruturas.



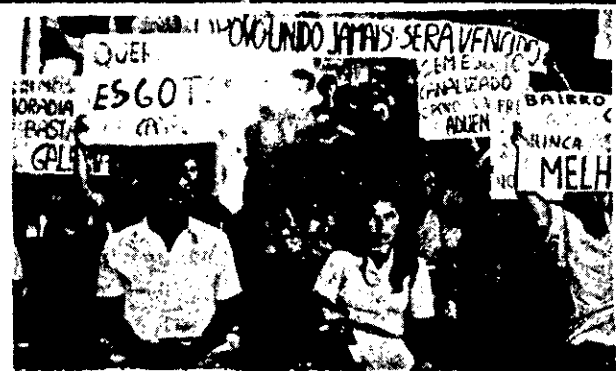
- D.- De acordo com a experiência / do NOVA assessorando diversos grupos empenhados na educação popular - quais as perspectivas que se abrem a partir desse trabalho?

- J.- Baseado na minha acredito que as perspectivas que os trabalhos que conheço direta e indiretamente, mostram que aos poucos está se processando com seriedade e sem nenhuma pretensão messiânica, a descoberta e efetivação de espaços (na família, no trabalho, na escola, no religioso, no lazer, na vida diária) onde se reformulam as atuais relações de dominação e se criam, recriam formas de real participação nos mais diversos e fundamentais processos decisórios.

- D.- Que ABERTURAS VERDADEIRAS o momento político atual oferecerá participação popular?

- J.- Não sei até que ponto é possível apontar nas nossas sociedades "aberturas verdadeiras" em / quaisquer momentos políticos onde as relações continuem substancialmente as mesmas. Opino que os espaços que as classes populares conquistam são muito mais isso mesmo, ou seja, uma conquista, o resultado de muita luta, do que a dádiva benevolente dos setores com interesses opostos ao do povo.

- D.- Que acha do fato de serem simultâneas as eleições para governadores e para constituintes?



- J.- Com essa pergunta, passamos para outro nível de questões e de práticas. Nível complexo no qual se entrecruzam anseios legítimos de setores da sociedade, interesses econômicos e de poder, os jogos incríveis dos profissionais da política, etc. Considero que a eleição dos constituintes deve ser independente de quaisquer outras escolhas. Considero inconsistente a posição dos políticos que baseados em concepções tão abstratas como questionáveis do que é a política, os partidos, a democracia, etc. pretendam atribuir de fato aos partidos políticos, uma representatividade / da sociedade como um todo e particularmente dos interesses das classes populares, que obviamente não têm.

- D.- Que força estão tendo os movimentos populares na questão da Reforma Agrária e da Constituinte?

- J.- É difícil e complexo pretender responder com certo rigor esse pergunta. O que posso dizer é que nesse jogo de forças, interesses e pressões em que se insere a / discussão / realização da Reforma Agrária e - embora em outro contexto - a definição da Constituinte, é fundamental que pressionemos e exijamos com força cada vez maior, caso queiramos que os encaminhamentos não nos sejam radicalmente adversos.



## NEIMAR DE BARROS

### EM PROPRIA

Fazendo um giro de apostolado pelo Nordeste, NEIMAR DE BARROS virá também à nossa cidade. Será no dia 9 de maio, quando ele falará ao povo, à noite, na Igreja Catedral.

Escritor e conferencista fr fama nacional, NEIMAR DE BARROS tem a palavra fácil e convincente, exata e profunda, que arrebatou quem o ouviu.

Não podemos ficar sem ouvir esse apóstolo do Evangelho, já conhecido, aliás, em Sergipe, mas que pela primeira vez vem à nossa cidade.

Pessoas de outras cidades vizinhas, jovens ou adultos, que quiserem ouvir uma palavra de fé que vem empolgando o Brasil inteiro, não percam a oportunidade. Venham! Garantimos que não vão se arrepender!



Não canto as armas  
nem barões assinalados.

Não canto os feitos valerosos  
dos que romperam mares  
nunca dantes navegados.

Para tanto não tenho  
engenho e arte.  
Canto o homem  
que engravida a terra  
e aprende com a semente  
nos meses de espera.

O que teima, e sua, e acredita  
que da terra velha  
brotará o fruto novo.  
E a cada manhã  
contempla a lição  
pura do rio  
que vai na distância  
beber a sede,  
servir de rumo  
para a esperança.

Genivaldo Santos

## A Mulher Negra e o Emprego

No passado a mulher negra não teve direito de escolher profissão porque lhe foi arrancado o direito de ser trabalhadora. Era escrava e tinha obrigação de servir aos senhores naquilo que eles lhe determinavam: lavoura, cozinha, lavadeiras, mucama, vendedora de doces nas ruas, quitandas, etc. e ainda era usada nos bordéis sem direito de protestos. Eram escravas de tudo.

Hoje, após a falsa abolição, que negou também a todo negro o direito ao trabalho (preferindo os imigrantes europeus), a situação não mudou muito, continuamos escravizadas. Durante séculos a mulher negra sustentou com seu suor a lavoura da cana de açúcar, do café, do algodão, do fumo, do cacau e os serviços domésticos.

Em grande maioria somos desempregadas ou subempregadas porque não somos aceitas nas redes de emprego, nem consideradas trabalhadoras, como é o caso das empregadas domésticas, as quebradeiras de coco, lavadeiras, garis, etc...

Se fôssemos juntar todas as histórias com diferentes tipos de discriminações que sofremos nos empregos, ou das despedidas do emprego / por serem negras, muitos ainda iriam dizer que é mentira ou que não sabiam que isso ainda hoje acontece, pois o Brasil grita e exporta uma democracia racial que não existe.

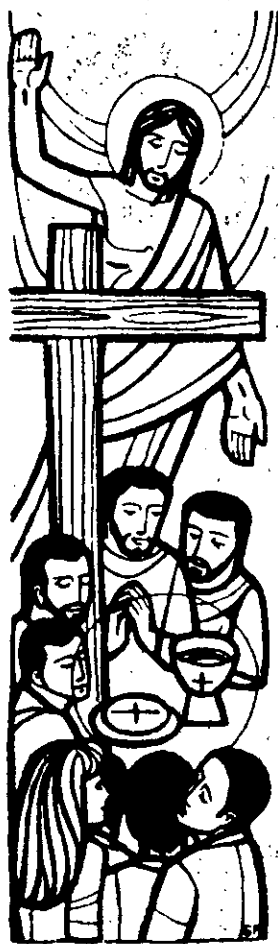
Para nós exigem a boa aparência; nos classificam de inferiores e sem capacidade para os cargos que são ocupados somente pelos brancos, dizem que os fregueses não se sentiriam bem sendo recebidos por negras

ou que os funcionários brancos não se sentiriam bem tendo como chefe / um negro. Nos concursos os classificados são sempre brancos. Há escolas que não aceitam professores negros, muitas casas comerciais não aceitam que negras sejam vendedoras. Para nós reservam apenas os serviços de limpeza em escritórios, nas escolas, universidades, bancos, fábricas, ruas e avenidas. As que conseguem ultrapassar esta realidade tem que assimilar a ideologia do embranquecimento para serem consideradas e aceitas.

Com nosso suor fazemos a riqueza da nação. E o que nos é reservado? A fome, a miséria e a discriminação. Até quando? Somos mulheres e temos a mesma capacidade que os homens, somos negras, somos iguais a todas as mulheres e homens. Queremos direitos iguais, queremos trabalho porque trabalhadoras, queremos que seja reconhecida a nossa contribuição e participação no processo de luta por uma sociedade livre.



A lei Áurea 13/05/1888 declarou liberdade para todos os negros, mas isso ainda continua uma farsa, porque continuamos escravas e só seremos livres na nossa própria luta e organização, porque: Liberdade não se ganha de presente. Liberdade se conquista lutando.



Sim,

vou ser

padre

Para me consagrar ao serviço do Reino de Deus, que é verdade, justiça, paz, amor, fraternidade e alegria.

Para tomar a defesa dos marginalizados, dos sem fé, sem amor, sem esperança, sem liberdade, sem justiça, sem comida, sem casa, sem escola, sem saúde, sem emprego, sem voz, sem vez, sem presente e sem futuro.

Para me dedicar à salvação do homem todo e de todos os homens, meus irmãos.

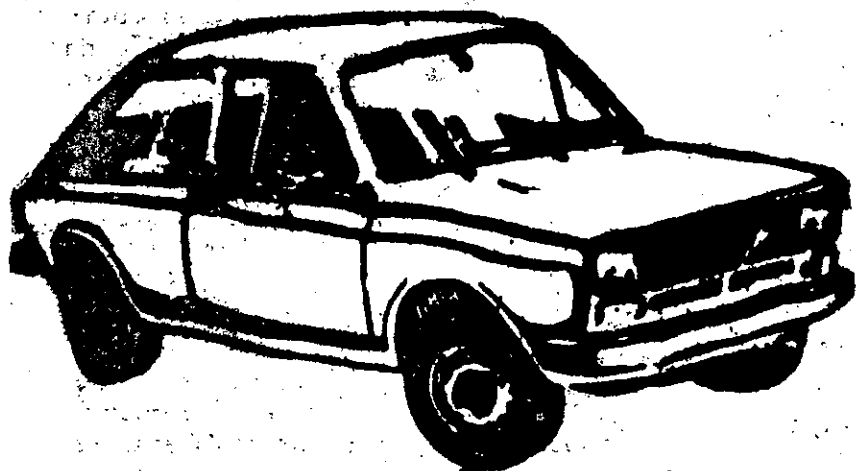
Você está pensando como esse jovem? Então, junte-se a nós porque ele já é um dos nossos.

Nosso endereço:

EQUIPE VOCACIONAL DA DIOCESE

Seminário São Geraldo

49.900 - PROPRIA - SE



## Posto

## São José

## Comsergel

COMERCIO E SERVIÇOS GERAIS LTDA.

A Dep. Martinho Guimarães S/N  
GASOLINA - DIESEL - LUBRIFICANTES

BATERIAS - PNEUS  
PEÇAS E ACESSÓRIOS

P/ AUTOMÓVEIS E MOTOS

**PROPRIA SE**